

## Às organizações sindicais internacionais CES, CSI, UNI e Grupo de Trabalhadores do CESE

Os Sindicatos dos Bancários portugueses – Mais Sindicato/Sindicato do Sector Financeiro, Sindicato dos Bancários do Centro (SBC) e Sindicato dos Trabalhadores do Setor Financeiro de Portugal (SBN), filiados na UGT Portugal e na UNI, veem por este meio solicitar o apoio das organizações internacionais supracitadas na luta que desenvolvem desde setembro de 2020 contra o Banco Santander Totta (BST) e o Banco Millennium BCP (BCP), instituições bancárias a operar em Portugal.

Em causa está a situação dos trabalhadores daqueles dois bancos, há um ano sujeitos a ameaças e pressões para aceitarem a rescisão dos seus contratos de trabalho e que agora culminam em processos de despedimento coletivo.

Assim, estes Sindicatos apelam ao apoio destas organizações sindicais internacionais para que seja apresentada queixa à Comissão Europeia e ao Banco Central Europeu contra o procedimento indigno do BST e do BCP, que põe em causa os princípios básicos do direito ao trabalho e do respeito pelos trabalhadores, deixando centenas de trabalhadores desempregados.

Para fundamentação da queixa apresentamos os factos mais importantes deste conflito:

- Em setembro de 2020 os Sindicatos de Bancários em Portugal são informados da pretensão de alguns bancos de implementarem processos de redução do número de trabalhadores;
- No último trimestre de 2020, o BST apresenta propostas de rescisões por mútuo acordo (RMA) a centenas de trabalhadores; os trabalhadores alvo dessas propostas são convocados para reuniões com a Direção de Recursos Humanos (DRH) do Banco, durante as quais lhes é inculcado que se não aceitarem podem vir a ser despedidos, seja por extinção do posto de trabalho ou num processo de despedimento coletivo;
- Logo nesta fase, os Sindicatos reúnem-se com a Administração do BST, denunciando as pressões sobre os trabalhadores, nomeadamente ameaças, inexistência de critérios objetivos para a apresentação de propostas, inexistência de propostas de reforma para os que tinham 55 ou mais anos, ao abrigo do Acordo Coletivo de Trabalho do Setor Bancário;

- O banco argumenta que o redimensionamento do quadro de efetivos se deve aos efeitos da pandemia e consequente aceleração do processo digital, alegando que tal obriga ao encerramento de balcões e esvazia funções, que se tornam redundantes. Argumenta ainda que está em causa um novo modelo de negócio e que não propôs reformas antecipados, como é norma, para evitar os custos inerentes;
- Esta primeira tentativa de redução de efetivos foi um fracasso, pois a maioria dos trabalhadores não aceitaram as propostas de rescisão.

## Negociações

- Em janeiro, os Sindicatos apelam ao BST para que suspenda as RMA, em plena crise pandémica. Nesta data, já o Banco tinha fechado 60 balcões (só no último trimestre de 2020) e fecharia mais 30 no 1.º trimestre de 2021;
- No início de março, o Banco comunica aos Sindicatos ter reanalisado a situação e compromete-se a contactar todos os trabalhadores-alvo com 55 anos ou mais (cerca de 950) para, em vez da RMA apresentar-lhes uma proposta de reforma – mas nem todos os trabalhadores nessa condição foram contactados. O BST continua a ameaçar que quem não aceitasse a proposta seria alvo de despedimento coletivo;
- Mais Sindicato, SBC e SBN insistem com o Banco para que crie a possibilidade de candidaturas para acordos com os trabalhadores que pretendam sair, em vez de escolher um a um os trabalhadores a quem apresenta propostas de RMA – O BST também rejeita esta solução;
- Os Sindicatos continuam a reclamar a necessidade de que a redução do número de trabalhadores seja feita de forma gradual, por acordo, sem pressões, e que os trabalhadores sejam requalificados e recolocados nas áreas que comprovadamente têm défice de pessoal;
- Em final de abril, através de comunicado a Administração refere que em junho haveria um plano de reestruturação – apesar de ainda estarem a decorrer contactos com os trabalhadores –, o que claramente consubstancia mais uma ameaça para obrigá-los a aceitarem as propostas do Banco.
- O BCP anunciou a intenção de reduzir o número de trabalhadores em cerca de 900, insistindo sobretudo em RMA.

## Denúncias

Além de inúmeros encontros com a Administração do BST e do BCP, os Sindicatos também denunciaram a situação e solicitaram intervenção às seguintes entidades:

- Autoridade para as Condições do Trabalho, instituição pública de fiscalização;
- Grupos Parlamentares dos partidos com assento na Assembleia da República;
- Governo – reunião com a ministra do Trabalho.

## Outras ações

Em julho, os sete Sindicatos do setor juntam-se, pela primeira vez história do sindicalismo em Portugal, para tentar travar estes processos e pôr fim aos programas de redução de trabalhadores, apelando à reconversão profissional, ao fim do outsourcing e do trabalho temporário. Convocam uma manifestação frente ao Parlamento, que se realizou em 13 de julho.

Em julho, 750 trabalhadores já tinham acordado sair do BST, através de reforma antecipada ou por RMA. Mas o Banco continuou com o processo de redução de efetivos.

Em 15 de julho, o BST implementa o anunciado plano de reestruturação: 685 trabalhadores recebem propostas de RMA e a ameaça de que, caso não aceitem, serão abrangidos pelo despedimento coletivo – mais uma vez a intimidação e a denuncia dos Sindicatos – destes, cerca de 300 já tinham aceite em 19 de julho, dia em que finalizou o programa. Os restantes 350 são agora alvo de despedimento coletivo.

No BCP, o plano de reestruturação foi concluído no dia 18 de julho e a maioria dos trabalhadores aceitou acordos com o banco. Os 100 trabalhadores que recusaram são agora alvo de despedimento coletivo.

Em 29 de julho, os Sindicatos são ouvidos em audiência na Comissão de Trabalho e Segurança Social, Comissão a que também foram chamados os presidentes do BST e do BCP.

Os Sindicatos solicitam também a intervenção neste processo da Autoridade da Concorrência e do Banco de Portugal.

Em 20 agosto o BST volta a ameaçar com rescisão unilateral – ou seja, despedimento coletivo – os restantes trabalhadores abrangidos pelo plano de reestruturação.

Os Sindicatos respondem com uma nova denúncia à Autoridade para as Condições de Trabalho, bem como à Procuradoria Geral da República e à Provedoria de justiça.

Em 3 de setembro, Mais Sindicato, SBC e SBN são recebidos pelos ministros do Trabalho e da Economia, que em nome do Governo se comprometem a reunir com as Administrações do BST e BCP.

A greve dos bancários está a ser equacionada.

### **Apelo**

Para 15 de setembro está agendada uma reunião entre a UGT-Portugal e a UGT-Espanha, com o objetivo de deliberar que medidas podem tomar contra esta ofensiva aos bancários.

Impõem-se agora a denúncia externa junto das entidades competentes para pôr termo à destruição de milhares de postos de trabalho no setor – e para isso solicitamos o vosso apoio.

Não podemos perder esta luta.

Cordiais saudações sindicais,

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Carlos Silva', is written over the typed name and title.

Carlos Silva  
General Secretary  
UGT-Portugal